
Regime de publicação, cronotopo e instâncias de seleção, composição e circulação: categorias teórico-metodológicas de análise da produção jornalísticas dos arranjos nativos digitais¹

Roseli Figaro²
Universidade de São Paulo

RESUMO: Nosso objetivo é discutir as categorias analíticas regime de publicação, cronotopo, instâncias de seleção, composição e circulação, aplicadas a um corpus de análise da produção jornalística de 29 arranjos do trabalho de jornalistas de São Paulo (Figaro, 2018). Essas categorias foram formuladas por necessidade de responder às demandas do corpus empírico composto das produções em sites, Facebook e Twitter, publicadas pelos arranjos jornalísticos no período de 01 a 08/10/2018; e de 22 a 29/10/2018, primeiro e segundo turnos das eleições presidenciais de 2018. O estudo bibliográfico e empírico obteve como resultado a pertinência de abandono dos termos periodicidade, critérios de noticiabilidade e valores-notícia, para adotarmos as categorias regime de publicação, cronotopo, instâncias de seleção, composição e circulação.

PALAVRAS-CHAVE: arranjos jornalísticos; regime de publicação; cronotopo; instâncias de seleção, composição, circulação.

Introdução

Este artigo trata de categorias teórico-metodológicas criadas a partir da análise de material empírico coletado da produção jornalística de 29 arranjos do trabalho jornalístico de São Paulo. Essa discussão origina-se da pesquisa: *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia - segunda fase: produção jornalística*³. O objetivo foi o de analisar a produção jornalística e confrontá-la com os resultados da primeira fase que mostrou a existência e a relevância dos novos arranjos alternativos do trabalho de jornalistas.

Para a execução da fase da pesquisa em análise, deliberou-se pelo acompanhamento da produção jornalística de cada arranjo durante duas semanas: de 01/10 a 08/10/2018; e de 22 a 29/10/2018, primeiro e segundo turnos das eleições de 2018. Por meio do *software* Nvivo coletou-se a produção dos respectivos sites dos arranjos; e por meio do *software* Netlytic a produção veiculada no Facebook e no Twitter.

¹ Artigo apresentado ao GT Teorias do Jornalismo, XX Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, no 43. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora livre-docente, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação e do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, ambos da Universidade de São Paulo. E-mail: roseli.figaro@gmail.com

³ Chamada Universal 2016, Processo n. 409146/2016-1 CNPq. Relatório de pesquisa com resultados concluído.

A discussão sobre os métodos e técnicas de coleta, os benefícios e as limitações dos respectivos *softwares* bem como a noção de arquivo que permeia toda a coleta de dados e a formação do corpus foram discutidos nos artigos⁴ de Marques, Camargo, Molianni, (2019); e em Nonato, Pachi, Silva (2019). A quantidade de dados da coleta é bastante expressiva e está registrada no Gráfico I e no Quadro I. Essas representações de grandeza têm objetivo aqui de demonstrar a expressiva produção desses arranjos e, sobretudo, ilustrar a intermitência das publicações.

O fluxo de produção e de circulação do material jornalístico produzido aponta características singulares das mídias digitais e atende a demandas diversas daquelas do jornalismo tradicional. A leitura e a análise da produção de cada um dos arranjos trouxeram indagações sobre como categorizar essa produção em termos das teorias do jornalismo. As categorias periodicidade e critérios de noticiabilidade mostraram-se restritas e não permitem entender as lógicas produtivas do jornalismo digital produzido por esses arranjos. As indagações que o corpus suscitou direcionou a pesquisa a buscar outros ferramentais teórico-metodológicos para a análise. A revisão bibliográfica, seminários de pesquisa e o estudo das teorias do jornalismo, confrontados ao corpus em análise, foram adotados como métodos de construção de novas categorias analíticas.

O resultado dessas reflexões é brevemente apresentado neste artigo na forma do que se construiu, elaborou e se aplicou como instrumental de análise, para a criação das categorias: regime de publicação, instâncias de produção, composição e circulação. Essas categorias foram aliadas às noções de singularidade, particularidade e universalidade propostas por Adelmo Genro Filho (2012). Nos próximos parágrafos, trata-se dos procedimentos de construção de cada uma dessas categorias e as formas de suas apropriações, embora a aplicação ao corpus não será aqui demonstrada.

1. A produção jornalística dos novos arranjos do trabalho jornalístico confronta as categorias periodicidade e critérios de noticiabilidade

A coleta de dados durante duas semanas no período eleitoral de 2018 se justifica porque as eleições presidenciais são evento eminentemente jornalístico, fato relevante

⁴ MARQUES, Ana Flávia; CAMARGO, Camila Acosta; MOLIANNI, João Augusto. A produção noticiosa dos novos arranjos de trabalho dos jornalistas: análise das ferramentas de coleta Netlytic e NVivo. Anais do 17º Encontro Nacional, nov., 2019 SBPJor. Disponível em:

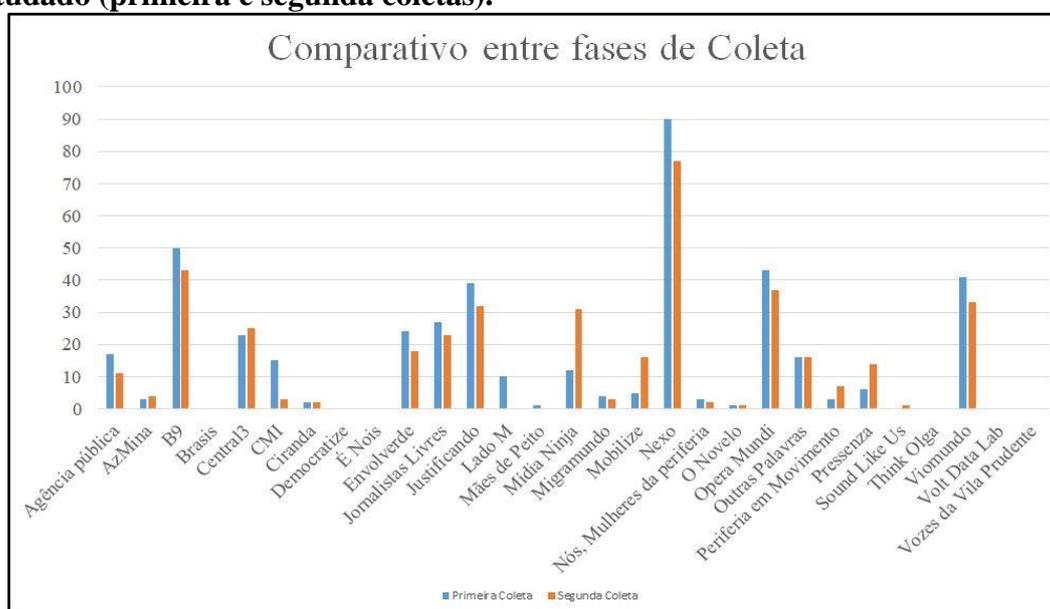
<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/1918/1181>

NONATO, Claudia; PACHI FILHO, Fernando F.; SILVA, Naiana Rodrigues da. O trabalho de jornalistas em arranjos econômicos independentes: uma interpretação a partir dos rastros digitais. Anais do 17º Encontro Nacional, nov., 2019 SBPJor. Disponível em:

<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/2075/1150>

para a vida do país e foco do trabalho jornalístico. Os dados coletados nos sites e nas redes sociais, Facebook e Twitter, organizados em arquivos no banco de dados do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho - CPCT, permitem recuperar: nome do arranjo, autor, título, data, hora e conteúdo da matéria. Foram realizados os levantamentos quantitativos e as nuvens de palavras mais citadas por cada um dos arranjos produtivos jornalísticos. O Gráfico I mostra a quantidade de matérias publicada nos sites dos arranjos em cada período de coleta. O Quadro I mostra a quantidade de postes feita pelos arranjos no Facebook e no Twitter.

Gráfico 1 – Quantidade de matérias dos sites dos arranjos comparada por período estudado (primeira e segunda coletas).



Fonte: Banco de dados CPCT, 2018/Segunda fase da Pesquisa Novos arranjos do trabalho dos jornalistas.

Quadro I- Quantidade de publicações dos arranjos coletadas nas redes Facebook e Twitter no período da pesquisa

	Facebook 1o turno		Facebook 2o turno		Twitter 1o turno		Twitter 2o turno	
	Post. totais	Post. autorais	Post. totais	Post. autorais	Post. totais	Post. autorais	Post. totais	Post. autorais
Ag. Pública	462	27	324	32	31	31	44	44
B 9	557	50	351	48	180	180	233	233
Central 3	54	10	58	9	47	47	39	39
Ciranda	2	2	4	4				
CMI SP					6	6	22	22
Democratize	4	2	29	12				
Énois	14	7	16	10	11	11	5	5
Envolverde	17	16	19	16				
Jorn. Livres	11336	430	26091	973	463	463	1162	1162
Justificando	825	114	735	71	35	35	18	18
Mães Peito	40	7	47	5	24	24	5	5
Mídia Ninja	9352	344	30252	901	276	276	497	497
Migramundo	10	6	9	5	4	4	4	4
Mobilize BR	30	18	34	22	17	17	17	17
Nexo	1210	106	1324	106	150	150	123	123
Nós Mulheres	37	17	26	15				
O Novelo	11	3	2	1				

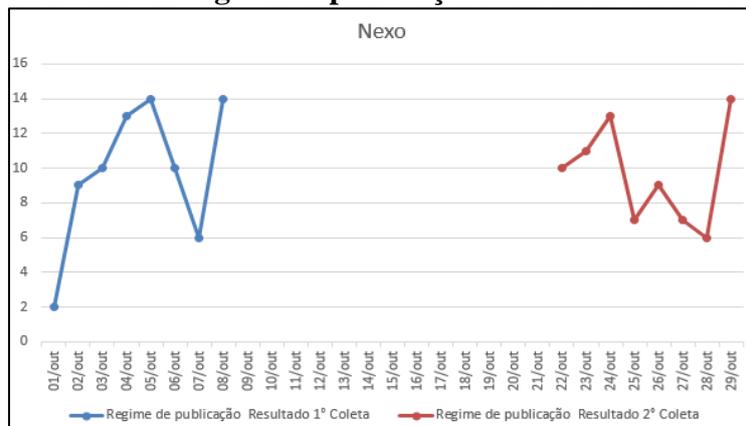
Opera Mundi	699	81	946	74	48	48	87	87
Outras Palavras	251	31	284	34			12	12
Periferia em Movimento	21	18	45	29	18	18	22	22
Pressenza	18	18	20	19	11	11	13	13
Rev. Azmina	81	6	28	5	21	21	45	45
Site LadoM	24	22	4	3	46	46	87	87
Soud Like Us	9	4	5	5	2	2	2	2
Think Olga	17	1	1	0	1	1		
Viomundo	873	51	1031	76	101	101	208	208
Volt Data Lab	8	6	4	4	8	8	3	3
Vozes Periferia	1	1	1	1				

Fonte: Banco de dados CPCT, 2018/Segunda fase da Pesquisa Novos arranjos do trabalho dos jornalistas.

A organização do corpus em arquivos para análise trouxe desafios teórico-metodológicos que exigiram repensar as categorias periodicidade e critérios de noticiabilidade. Dois pilares importantes das teorias do jornalismo que se mostraram limitados frente ao material empírico da produção jornalística dos novos arranjos do trabalho de jornalistas. As condições de produção, já analisadas em Figaro (2018), são determinantes para o material jornalístico publicado. Linha editorial, rotinas produtivas, organização das redações (Marques, 2019), fluxo de publicação e circulação foram aspectos observados na análise do material, cujas lógicas estão traçadas pelas condições de produção. Desta feita, verificou-se que as categorias tradicionais de análise do material jornalístico não davam conta do corpus em análise.

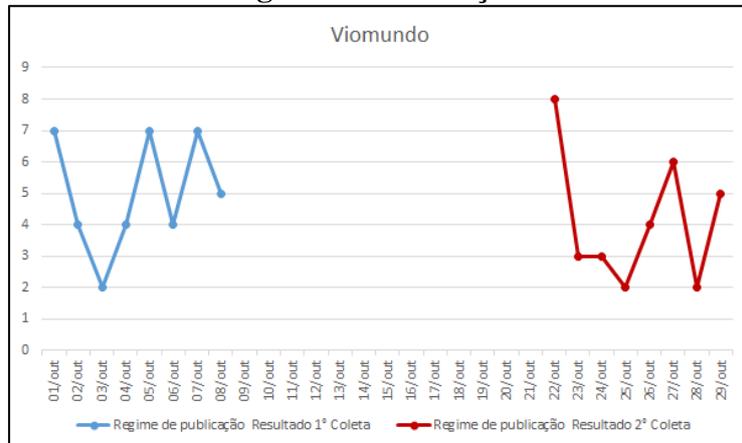
A categoria periodicidade é invalidada quando se verifica o fluxo de publicação de cada arranjo. Alguns exemplos estão nos Gráficos II e III, respectivamente, o site Nexo Jornal e o site Viomundo. Gráficos das publicações por dia em ambos os turnos.

Gráfico II - Regime de publicação do site Nexo Jornal



Fonte: Arquivo CPCT, 2018. Regime de Publicação do site Nexo Jornal no período da coleta semana do primeiro turno e semana do segundo turno.

GRÁFICO III – Regime de Publicação do site Viomundo



Fonte: Arquivo CPCT - o Regime de Publicação do site Viomundo no período da coleta, semana do primeiro turno e semana do segundo turno.

Tanto o Nexa Jornal quanto o site Viomundo são veículos jornalísticos que publicam a partir de lógicas próprias em tempo/espaço específico, dados por suas respectivas condições de produção: linha editorial, equipe, recursos, mobilidade. Em duas semanas de coleta da produção jornalística, coletou-se quantidade bastante variada de matérias, publicadas também em momentos diferentes do mesmo dia e mesma semana; variando a quantidade e ritmo de publicação inclusive de semana para semana.

São apenas dois exemplos, cujas irregularidades de periodicidade também se repetem nos demais veículos jornalísticos dos novos arranjos do trabalho de jornalistas. As justificativas para esse fato se dão devidas às condições de trabalho, financeiras e à capacidade de produção das equipes envolvidas. Desse modo, periodicidade é um termo limitado para expressar o ritmo das publicações. Para analisar o corpus em questão, recorreu-se à apropriação do conceito de regime de publicação para identificar os usos da noção de tempo/espaço usados no trabalho dos novos arranjos jornalísticos.

Outro aspecto que se verificou na coleta de dados e composição do corpus foi a diversidade temática e de organização de editoriais e, sobretudo, a variedade de fontes informativas. Para categorizar toda essa diversidade foi necessário observar atentamente as condições de produção jornalística e para tal desenvolveu-se as categorias de instância de seleção, composição e circulação do discurso jornalístico.

2- Procedimentos teórico-metodológicos para a construção de categorias de análise da produção jornalística dos arranjos do trabalho de jornalistas

A observação do corpus levou à constatação de que a categoria periodicidade não atende às lógicas de publicação da produção dos arranjos jornalísticos. Essa constatação

orientou a busca para os conceitos de regime de publicação e de cronotopo, com o objetivo de operacionalizar a análise das várias camadas de publicações e seus tempos/espaços de diálogos com outras vozes discursivas na cobertura das eleições. Para tratar desses dois conceitos, oriundos de estudos da história e da literatura respectivamente, mas de escolas diferentes, buscou-se respostas na obra *Ordem dos livros*, de Roger Chartier (1999); e para estudar o conceito de cronotopo buscou-se em Mikhail Bakhtin, *Estética da criação verbal* (1992) e em Marília Amorim, no capítulo ‘Cronotopo e isotopia’ (2006). A observação das matérias publicadas em ritmo intermitente permite supor que o regime de publicação cria a sensação de eterna presentificação, pois não há delimitação de hora e de quantidade de vezes que se publica em um mesmo dia ou na mesma semana. O aqui e agora – tempo e espaço – fundamentais na narrativa jornalística, compõem a dêixis que marca a interlocução eu-tu do processo enunciativo (Fiorin, 2012) do arranjo jornalístico. O cronotopo é o da presentificação do reportado e do ato de reportar.

Conquanto não haja condições de aprofundar essa discussão e de demonstrar a aplicação que se fez das categorias regime de publicação e de cronotopo, passamos a delinear alguns elementos que as fundamentam para o uso na produção jornalística online dos arranjos jornalísticos.

2.1. Regime⁵ de publicação: algumas considerações sobre seu uso

No levantamento realizado com as ferramentas do Google e do Google acadêmico em dois períodos (janeiro e fevereiro de 2020), identifica-se usos do termo *regime de publicação* vinculados a normatização de publicações em legislação, edição de revistas científicas, produção em publicações científicas, reflexão sobre a função-autor na produção editorial. Esses usos compõem campo semântico relativo ao processo de

⁵ A palavra regime vem do latim regimen; regimento, conjunto de normas, regulação, regime político, dieta, velocidade de um motor. Regime pode ser relacionado à obra de Michel Foucault quando este trata dos regimes de visibilidade na bio política. Em *Microfísica do poder*, o autor usa a palavra regime nas seguintes acepções: Regime discursivo, regime de poder, regime de verdade, regime alimentar, regime político, antigo regime, regime alimentar, regime dos doentes, regime médico, regime fiscal, regime disciplinar, regime de saúde, regime coletivo, regime do prazer, regime dominante. Em *Vigiar e punir* o termo regime vem associado a uma plêiade de categorizações: Regime de punição, regime disciplinar, regime de vigilância, regime das manufaturas, regime feudal, regime napoleônico, antigo regime, regime punitivo, regime de educação, regime de manufaturas, regime comum, regime complexo.

Veja-se no excerto de *Vigiar e punir* o uso interessante de regime: “Agora a prática penal vai-se encontrar submetida a um regime comum da verdade, ou antes a um regime complexo em que se misturam para formar a “íntima convicção” do juiz elementos heterogêneos de demonstração científica, de evidências sensíveis e de senso comum.” p. 118. O autor prossegue com uma infinidade de qualificativos a regime: regime penal, regime carcerário, regime de moralização, regime alimentar, regime de propriedade da terra, regime de exploração, regime saudável, regime panóptico, regime pensilvaniano de isolamento absoluto. No entanto, não encontramos nas duas obras revisadas o termo regime de publicação.

produção de periódicos, ora mais vinculado ao tempo de publicação e circulação, ora vinculado à função-autor, a publicações na internet e ao dispositivo comunicacional que a internet aciona em termos de tempo, circulação e acesso.

É interessante destacar comentário sobre a legislação de 1948, relativa às patentes, onde se lê:

Essa interpretação no caso de patentes, resulta sobretudo do fato de haver o Código adotado o regime de publicação a posteriori, isto é, depois de concluído o exame técnico. Assim, enquanto o exame não está findo, o invento está em segredo, não caindo o objeto no domínio público, uma vez, que não foram ainda divulgados os seus pontos característicos. (Legislação, 1948, nosso destaque)

No excerto de 1948, o termo regime de publicação trata do momento de publicação de resolução sobre pedido de patente. Esse momento, *o quando*: antes ou depois do resultado da avaliação pelos órgãos competentes. A dimensão temporal está expressa sobre *o quando* da normatização para a publicização de um ato de avaliação. Desse modo, a ideia de tempo, como período de publicação está resguardada.

Dois outros usos, encontrados em análises editoriais, reportam-se à função-autor, discutida por Robert Chartier (1999), a partir de Michel Foucault e Michel de Certeau, para enunciar a complexidade dos elementos envolvidos na produção e circulação de livros. Ou seja, para Chartier:

Inscrita nos próprios livros, ordenando as tentativas que visam ordenar o inventário das obras, comandando o regime de publicação dos textos, a função-autor está, apesar de tudo, no centro de todos os questionamentos que ligam o estudo da produção de textos ao de suas formas e seus leitores. (1999, p.58, nosso destaque)

A reflexão de Chartier, em torno da leitura da obra impressa como livro em sua trajetória histórica, não pode ser desvinculada dos modos de apropriação e uso do livro, bem como de catalogação para difusão. Assim, embora a função-autor (que também é um problema que nos aparece), seja uma criação ao longo da história, vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas, das cidades e da circulação de livros, tal função é sempre colocada em questionamento. O regime de publicação aparece como um elemento que abarca todo o processo de produção. Verifica-se ainda como alguns autores se apropriam do termo regime de publicação a partir de Chartier. É o caso de Cristiani B. Silva (2018), em artigo sobre a Editora do Brasil. A autora afirma:

“[...] inscrita nos próprios livros e comandando o regime de publicação dos textos [...]”, a delimitação da função-autor precisa estar articulada à “[...] produção de textos, às suas formas e a seus leitores”. (2018[Chartier, 1998]).

E também, ainda a partir de Chartier, o mesmo trecho usado, em outro artigo, para discutir a função-autor na produção, publicação e circulação da obra de Allan Kardec:

Essa análise da assinatura do autor (nesse caso também editor) é importante para pensarmos posteriores reflexões a respeito da relação entre os leitores e as obras espíritas assinadas por Allan Kardec. “Inscrita nos próprios livros, ordenando as tentativas que visam ordenar o inventário das obras, comandando o regime de publicação dos textos, a função-autor está, apesar de tudo, no centro de todos os questionamentos que ligam o estudo da produção de textos ao de suas formas e seus leitores”.(Chartier, 1999, *apud*, Carvalho; Lousada 2009.).

Evidencia-se que nesses casos há inscrita a ideia de dispositivo comunicacional, atuando em termos de seus elementos fundamentais: formas, leitores, autores. Ou seja, os dois autores que se apropriam do excerto de Chartier o fazem para reflexões diferentes. O primeiro, trata da Editora em seus processos editoriais. Como os textos publicados estão articulados a formas mais gerais da linha editorial e do público-alvo. Assim, regime de publicação é a sistemática que envolve todo o processo editorial e ao qual a função-autor está de certa maneira vinculada. O segundo, faz uma análise sobre como o autor Alan Kardec, no processo de produção de seus textos, marca sua autoria, ora esvanecendo-a com uma inicial do nome, ora marcando-a de forma explícita. Essa prática, segundo Carvalho e Lousada (2009), tem a ver com a relação que Kardec desenvolvia com seus públicos. Nesse caso, também regime de publicação está vinculado ao processo de produção e circulação de textos.

Em notícias recentes, em blogs especializados, encontramos o seguinte uso para o termo regime de publicação:

A necessidade de modificação do regime de publicação das sociedades por ações tornou-se um tema de frequente discussão nos últimos anos, principalmente em virtude da evolução e a facilitação de consulta de informações por meio da internet e, o consequente desuso da comunicação impressa (jornais físicos)”. (Ministério da Economia, Medida Provisória nº 892/2019)

A nota foi publicada com o seguinte título: “Ministério da economia regulamenta regime de publicação das sociedades anônimas de capital fechado”. Trata-se de ato regulador que estabelece “flexibilizar as regras para a realização das publicações de documentos previstas no art. 289.”

No capítulo *Reflexões sobre Ética da Informação: panorama contemporâneo*, de Maria Nélide Gonzalez de Gomez, no Livro *Ética da informação, perspectivas e desafios, 2017*, o termo regime de publicação aparece no seguinte excerto:

Se o regime de publicação indica distorções com relativas implicações éticas, a escrita da ciência é ao mesmo tempo um recurso de legitimação e um espaço propício para a escamoteação das regras éticas presumidas pelo caráter público da ciência. O plágio, a obliteração, a falsificação e a fabricação de dados atingem no cerne os ciclos de produção e comunicação científica.” (p.34, nosso destaque).

Da leitura se depreende que a autora se refere ao campo semântico dos processos produtivos de artigos científicos, vinculados a avaliações por pares e marcados por métricas de indexadores. Ou seja, não está relacionado a tempo, mas aos modos de conceber a produção e viabilizar a publicação de artigos científicos, e ligado a função-autor na medida em que se discute a ética.

Em outro artigo científico, Valmore e Souza (2017) tratam da publicação de temas relativos a Ciências Políticas, especificamente a movimentos sociais. Os autores usam o termo regime de publicação da seguinte forma:

A maior parte deles, quase 70%, cursou doutorado em um dos cinco programas localizados no Sudeste e no Sul do Brasil. A recente expansão dos programas de pós-graduação em CP ainda não afetou o regime de publicação que segue pouco distribuído regionalmente.” (2017, p. 121, nosso destaque).

Dessa maneira, em balanço bibliométrico sobre número de publicações, autores e regiões de publicação de produção científica sobre o tema Ciência Política, os autores recorrem ao termo regime de publicação para se reportarem à existência de periódicos científicos nas diferentes Regiões do País: frequência, volume e potencial de produção e publicação.

O regime de publicação, com ênfase no tempo, periodicidade, foi encontrado em escalas diversificadas em três outras referências. A primeira trata da análise da produção científica sobre *software*. O artigo “Confiabilidade de Software: Um mapeamento sistemático da última década, em *Conference Paper*, de 2014, registra:

Sugere-se a hipótese de que este pequeno número de trabalhos experimentais seja devido a duas razões principais: (i) dados experimentais em SRE são muito limitados; (ii) produzir dados de confiabilidade de software por meio de experimentos tipicamente requer muito tempo, que, por vezes, não é atrativo para o regime de publicação científica em vigor atualmente.”

Como se depreende da leitura, o campo de sentidos relativo a regime de publicação refere-se aos procedimentos vinculados ao tempo de submissão, aprovação e publicação de artigos científicos. O tempo de pesquisa empírica é mais longo, daí publicam-se menos artigos em relação à escala de produção de pesquisa teórica.

Outros dois artigos trazem o termo regime de publicação definidamente como tempo/periodicidade. O artigo “Tempos verbais em artigos de divulgação científica: algumas considerações” registra no excerto:

Sob o ponto de vista da Retórica, diríamos que a distinção do corpus *DCE* e *DCF x DCS* se justifica pela existência de dois auditórios e situações bem diferentes. Nos primeiros casos, a publicação da D.C. é realizada diariamente em um regime de publicação, ao que indica, incessante. (Anais 14, 2011)

Está claro que o artigo se reporta ao campo de sentidos vinculado ao dispositivo comunicacional periodicidade (intervalo de publicação).

Por fim, a última referência para a construção do campo de sentidos do termo regime de publicação diz respeito ao artigo “*Práticas Psicossociais completa seu 12º ano de vida com análises de práticas de cuidado e inclusão Pesquisas*”. Os autores tratam do tema da seguinte maneira:

2017 foi um ano de muito trabalho e também de muitas conquistas para a nossa revista. Este é o terceiro número de nossa publicação que passou a ser quadrimestral. Mas não nos limitamos a três números, uma vez que está sendo gestado, em regime de publicação continuada, um quarto número, em inglês, dedicado justamente ao tema central de nosso periódico: as pesquisas e práticas psicossociais.” (MELO: MACHADO, 2017, p. 5, nosso destaque).

É clara a vinculação do termo com o tempo, periodicidade da publicação. Mais do que isso, esses três artigos relacionam regime de publicação com velocidade, agilidade. Elementos que nos remetem a processos de produção editorial relativos a determinados dispositivos comunicacionais.

Reitera-se, desse modo, que o termo regime de publicação recobre um campo de sentidos relativo à produção editorial, na conformação do dispositivo comunicacional – e aos seus processos de produção. Portanto, regime de publicação é mais amplo que periodicidade. Diz respeito também a alcance e escala de produção.

Em conclusão, é mais adequado adotar a categoria de regime de publicação para analisar os processos de publicação jornalística dos arranjos em estudo, e abandonar o termo periodicidade. Regime de publicação mostra-se mais adequado para a compreensão do dispositivo comunicacional acionado nos sites dos arranjos jornalísticos e/ou nas redes sociais de que eles se utilizam.

2.1.1. Tempo/espço – cronotopo

“A estrada é onde se mede o tempo e o lugar da história”⁶. Essa frase pode sintetizar o conceito de cronotopo de Mikhail Bakhtin (1992), criado para entender tempo/espço no discurso literário.

Esse conceito permite compreender o processo produtivo com a notícia nos meios digitais. Aqui trata-se não exatamente do tema, ou seja, da história em si, mas de como

⁶ Ao ler o brilhante capítulo *Cronotopo e exotopia*, de Marília Amorim, no livro organizado por Beth Brait, *Bakhtin, outros conceitos-chave*, 2006, reporteime à assistência ao filme *Telma e Louise*, de Ridley Scott, 1991. Isto porque Amorim, para iniciar a explicação sobre cronotopo assim se expressa: Assim, por exemplo, a cronotopia da estrada, em um certo tipo de romance, indica o lugar onde se desenrolam as ações principais, onde se dão os encontros que mudam a vida dos personagens.” (idem, p. 102). Ela analise no capítulo o filme *O vento nos levará*, de Kiarostami, 1999.

ela é contada, composta e circulada, ganhando contornos que extrapolam ou não o tempo e o lugar de seu acontecimento. A matéria postada adquire vida nas páginas da web, adquire novos sentidos, é atualizada, comentada, interpelada por outros discursos de tempos e lugares outros.

A produção discursiva jornalística *online* é um emaranhado de interdiscursos que também ganha sentido e destaque a depender das formas de circulação e apropriação, tudo isso em um tempo não contado por horas, dias, minutos exatamente. Podem ser segundos, podem ser anos. O funcionamento do dispositivo comunicacional produz esses deslocamentos tempo-espaciais. O regime de publicação permite esses destempos e deslocamentos. Por exemplo, uma matéria produzida para o site pode ser atualizada, comentada, retirada, corrigida indefinidamente, deixando ou não marcas visíveis desses movimentos de ir e vir de discursos, de vozes múltiplas.

O site é um lugar institucional e mais delimitado do que uma rede social, mas mesmo assim sua materialidade padece da transitividade de que o jornal impresso ou televisivo ou radiojornalismo não padecem. A peça inteira postada intacta, quando recuperada, não mais necessariamente será a mesma de quando foi criada e postada. Pode haver novos comentários, pode haver atualizações, correções. A história reportada pode ganhar dimensões em que o acontecimento transcende sua singularidade para conectar-se a outros relatos. É possível que o relato (em tempo real, em vídeos), também desloque o jornalista de seu lugar de repórter para torná-lo testemunha. É próprio da materialidade do virtual a plasticidade do eterno renovar-se, são camadas de reescrita, como palimpsestos a serem desvendados.

Nas redes sociais, esse movimento de destempo e deslocalização é ainda mais presente. Assim sendo, o processo produtivo do jornalismo *online* é sempre imperfeito, no sentido do não acabamento, é sempre possível a situação de atualização e correção. Essa lógica não é imanente apenas ao *mídiun*, mas é imanente ao dispositivo comunicacional (Maingueneau, 2001) – aqui entendemos dispositivo como o conjunto dos elementos que permite a existência da comunicação: *midium*, discurso, situação de recepção e situação de circulação (Figaro e Grohmann, 2017). Desta feita, vale lembrar que esse dispositivo, bem como o discurso jornalístico de que é parte, está conformado e conflitado pelas lógicas mais gerais do sistema de produção capitalista no contexto do trabalho digital e das empresas de plataforma, conforme tratamos em outros trabalhos (Figaro, Marques, 2020).

Essa característica do processo produtivo do jornalismo, no caso dos novos arranjos do trabalho de jornalistas, nos remete também ao conceito de cronotopo de Bakhtin.

Segundo Amorim, “O cronotopo em literatura é uma categoria da forma e do conteúdo que realiza a fusão dos índices espaciais e temporais em um todo inteligível e concreto.”(idem,p.102) A autora cita Bakhtin: “Os índices do tempo descobrem-se no espaço e este é percebido e medido de acordo com o tempo”⁷ (Bakhtin, 1978, *apud*, Amorim, 2006, p.102). A autora afirma ainda,

(...) quando lemos o texto básico do conceito de cronotopos, descobrimos que há na verdade uma inversão com relação ao conceito de exotopia. Aqui o elemento privilegiado é o tempo. [Em todas as análises que se seguem, concentraremos nossa atenção no problema do tempo, (princípio primeiro do cronotopos)]⁸(idem, p. 102)

Como salientou Bakhtin, o tempo é revelado na tessitura da trajetória dos personagens. Bakhtin identifica, na análise da obra de Goethe, a relevância da atividade humana transformadora das paisagens e a história como diacronia do tempo vivido. Para Bakhtin a obra de Goethe marca o conceito de cronotopo com vital relevância. Para o autor, o tempo em Goethe é o que marca a concretude da atividade humana na história.

Em Goethe, não há acontecimentos, enredos romanescos, motivos temporais que sejam indiferentes aos locais de sua realização e que pudessem realizar-se em outros lugares (...) Tudo, neste universo, é *espácio-temporal*, tudo é cronotopo autêntico. (BAKHTIN, 1992, p. 263)

O realismo na estética de Goethe é marcado pelas imagens concretas dos seres humanos em ação; o tempo e o espaço são irmanados no desenvolvimento da vida dos personagens.

Assim, transmutamos o estudo de Bakhtin sobre o cronotopo para pensar o jornalismo. Aquele jornalismo de que nos fala Genro Filho, o contador de histórias de singularidades, revelador da vida concreta vivida das pessoas em sociedade. Agora com as práticas do *online*, o jornalismo não mais preso ao tempo do relógio da indústria moderna, mas ao relógio do pulsar do coração, das batidas coligidas pelo fato a ser reportado e, por outro lado, pela absorção do tempo/espaço no trabalho 24/7 (Crary, 2016) nas lides digitais.

Desta feita, tempo-espaço no jornalismo online dos arranjos estudados torna-se o cronotopo que revela a condição de virtualidade do regime de produção, no qual o

⁷ Bakhtin, M. Formes du temps et du chronotope dans le roman (essais de poétique historique), em Esthétique et théorie du roman. Paris: Gallimard, 1978, p. 237. (trecho traduzido por Amorim, 2006).

⁸ Bakhtin, M. idem. p.239, traduzido por Amorim, 2006.

dispositivo comunicacional é operado pela síntese tempo-espaço em deslocamentos e agregações discursivas que se estabelecem nas condições de produção e de circulação do jornalismo.

Regime de publicação e cronotopo identificam as formas atuais de produção e circulação do discurso jornalístico, cujas injunções não se explicam por valores notícia.

2.2. De critérios de noticiabilidade para instâncias de seleção, composição e circulação

Outra decisão importante para o avanço da análise do material jornalístico coletado dos arranjos foi sobre usar ou não o conceito de critério de noticiabilidade.

Dando início ao estudo⁹, salienta-se que Johan Galtung e Mari Ruge (1965) são os pioneiros na proposição do termo valores-notícia. Esses valores se estabelecem como critérios de noticiabilidade. Para os autores, os acontecimentos atendem a valores intrínsecos. Determinados valores universais e/ou contextuais recobrem o acontecimento a ser noticiado. Uma plêiade de autores sucede os pioneiros na análise dos valores notícia e ampliam o uso do conceito para aspectos discursivos-imagéticos, éticos etc. Esse movimento do conceito de valores notícia faz com que um arcabouço variável e sempre ajustável seja aplicado. Conforme salienta Lelo, 2020, em síntese preparada para o seminário interno de discussão desta pesquisa no Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, CPCT,

Golding & Elliot (1979) problematizam o estudo de Galtung & Ruge por não levar em conta a visualidade como um valor-notícia, especialmente no noticiário televisivo. Adams (1986) acrescenta a proximidade econômica, política e cultural como um valor-notícia relevante na produção jornalística. Cohen et al. (1990), baseados na obra de Alfred Schütz, defendem que a proximidade psicológica é outro valor-notícia fundamental a influenciar a decisão dos jornalistas na composição do noticiário. Allern (2002) defende que os valores-notícia comerciais também devem ser levados em consideração nas pesquisas da área, propondo que quanto menor a infraestrutura de um veículo e maior sua expectativa de rentabilidade, maior a probabilidade de que seus valores-notícia prioritários sejam o sensacionalismo, as adaptações de *press releases* e matérias de apuração deficitária. Shoemaker & Cohen (2006) acrescentam ao leque de valores-notícia as noções de desvio (estatístico, transformação social, normativo) e de significância social (política, econômica, cultural e política). Para eles, quanto mais desviante um acontecimento, maior a probabilidade de ele receber cobertura jornalística. Por fim, Schutz (2007), baseado na análise de noticiários da TV dinamarquesa, propõe seis valores-notícia como condicionantes da produção jornalística local: urgência, relevância, identificação, conflito, sensacionalismo e exclusividade. Para o autor, a exclusividade é o principal valor-notícia de um jornal e tem prioridade sobre todos os outros. Ele também defende que valores-notícia como urgência, relevância e exclusividade são incorporados na *doxa* profissional e raramente são discutidos na redação. (LELO, 2020, documento interno)

⁹ Para essa decisão recorreremos à revisão bibliográfica sobre o termo, um estudo crítico do conceito realizado pelo professor Thales Lelo, pós-doutorando na ECA-USP, pesquisador do CPCT, e a um seminário de discussão com a presença da professora convidada Lia Seixas⁹, da Universidade Federal da Bahia.

Essa ampla gama de aspectos que classifica o acontecimento cria dubiedades que não respondem ao problema de pesquisa, qual seja, entender que tipo de jornalismo produz os novos arranjos do trabalho de jornalistas. O foco desta pesquisa está voltado para, a partir do mundo do trabalho, compreender as condições de produção do produto jornalístico.

Para seguir adiante, Lelo vai aprofundar seu estudo sobre os valores notícia com a visada atual de estudiosos¹⁰ que buscam compreender o jornalismo na era digital por meio desse conceito. Destacamos dois trabalhos comentados por Lelo (2020). O primeiro, dos autores Damian Trilling, Petro Tolochko & Björn Burscher (2017). Eles “propõem o conceito de *shareworthiness* como uma noção de noticiabilidade expandida - adequada a apreender como a economia de compartilhamento das mídias sociais incide na relação estabelecida entre o *news judgment* dos jornalistas e a audiência”. O segundo estudo é de autoria de Tony Harcup & Deidre O’Neill (2017), a proposta deles é adequar um conjunto de valores notícia ao quadro de convergência digital dos veículos jornalísticos, sobretudo, estão preocupados com os formatos que atraem engajamento para a produção noticiosa. Nessa abordagem propõem o seguinte quadro de valores notícia: “exclusividade, negatividade/positividade, conflito, surpresa, presença de recursos audiovisuais, fator de compartilhamento (*shareability*), entretenimento, drama, suítes (follow-up), referência à elite (pessoas, nações, instituições), relevância, magnitude, celebridade, linha editorial”. (Tony Harcup & Deidre O’Neill, 2017; *apud*, LELO, 2020).

Lelo faz referência a balanços críticos realizados por Caple & Bednarek, (2015); Harcup & O’Neill, (2017); e Caple, (2018) sobre a conceituação e os inumeráveis critérios de noticiabilidade. Nas palavras do pesquisador:

Eles apontam que a noção passou a ser utilizada como uma ideia “guarda-chuva” para estudar de modo holístico condições de produção e de escrita jornalística que não são esclarecidas por ela e que inclusive invalidam seu valor heurístico. Para tais estudos, os valores-notícia não devem ser confundidos com os valores da ética jornalística (objetividade, precisão, pluralidade de fontes), com fatores organizacionais de seleção das notícias (pressões comerciais, disponibilidade de repórteres, *deadline*, receita estimada, conveniência, competição), com valores retóricos (estilo, forma da história, clareza do texto) e com valores do processo noticioso (balanço do material, atualidade, regime de produção, continuidade). Tais vetores seriam independentes dos valores-notícia privilegiados ou não por determinada publicação. Defende-se, portanto que *o conceito seja resguardado para o estudo dos valores inerentes aos acontecimentos*,

¹⁰ Há referências do pesquisador aos seguintes autores: Brighton & Foy (2007), Schaudt & Carpenter (2009), Michael Karlsson & Christer Clerwall (2013), Peter Bro & Filip Walberg (2014), Ahmed Al-Rawi (2017), Damian Trilling, Petro Tolochko & Björn Burscher (2017); e Tony Harcup & Deidre O’Neill (2017).

sujeitos e discursos que os tornam mais propensos a serem reportados como notícia em um determinado veículo ou conjunto de veículos jornalísticos. (LELO, 2020, idem)

A essa posição crítica dos autores, podemos acrescentar que os valores-notícia vão aparecendo como uma palheta de conveniências para atender à linha editorial do veículo jornalístico e, por fim, pouco revelam para o analista as condições de produção do processo jornalístico.

Gislene Silva (2005), em artigo denominado *Para pensar critérios de noticiabilidade*, contextualiza o tema e faz uma discussão que remete à proposta de sistematização do conceito em três instâncias. Segundo a autora as instâncias são:

1) critérios de noticiabilidade na origem do fato (seleção primária dos fatos / valores-notícia), com abordagem sobre atributos como conflito, curiosidade, tragédia, proximidade etc.; 2) critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos, centrados na seleção hierárquica dos fatos e na produção da notícia, desde condições organizacionais e materiais até cultura profissional e relação jornalista-fonte e jornalista-receptor; e 3) critérios de noticiabilidade na visão dos fatos, sobre fundamentos ético-epistemológicos: objetividade, verdade, interesse público etc. fundamentos ético-epistemológicos: objetividade, verdade, interesse público etc. (SILVA, 2005, p. 95).

Para chegar a essas instâncias a autora retomou Mauro Wolf (1992), quando ele afirma que os critérios de noticiabilidade se configuram em dois tipos: de seleção da notícia (critérios que dizem respeito ao *o que* será noticiado ou não); e de construção da notícia (critérios de composição discursiva, ou seja, *o como* se tratará o evento a ser noticiado). É a essa compreensão de Wolf que Silva acrescenta a proposta de uma terceira instância: ético-epistemológica.

Wolf (1992) teve um *insight* bastante produtivo, propiciando ao analista a oportunidade de compreender as instâncias como categorias provenientes da lógica produtiva do veículo jornalístico. Categorias determinadas por fatores das condições de produção da notícia, à composição e à circulação da mesma. As instâncias oportunizam superar o leque inacabável de critérios de noticiabilidade e de valores notícia.

Por isso, a decisão de se abandonar o conceito de critério de noticiabilidade e de valores notícia. Eles não permitem estudar as condições de produção do discurso jornalístico. Os critérios de noticiabilidade e de valores notícia são tantos e todos afeitos às linhas editoriais (critério primeiro) que não permite fazer relações entre os discursos produzidos pelos diferentes arranjos jornalísticos bem como identificar os elementos compositivos do discurso do jornalismo produzido.

Por outro lado, também Charaudeau (2006, p.72-73) instiga pensar as instâncias de produção e de recepção. A instância de produção consiste naqueles elementos

fundamentais que “organizam o conjunto do sistema de produção, num lugar externo, ora como organizadora da enunciação discursiva da informação”. Para o autor, a instância de recepção “deve ser desdobrada desde um ponto de vista interno à instância midiática, é designada como destinatário.” (idem, p.72). A instância de recepção comporta além das lógicas midiáticas, todo um conjunto de mediações sobre as quais já discutimos em outros textos (Figaro, 2019). Há inclusive facetas que demandam maior discussão e aprofundamento e por isso não se usará o termo instância de produção e de recepção como o faz Charaudeau. Visto que o uso adotado é no sentido (sinônimo) de “conjunto de fatores funcionais ou valores que perfazem um determinado domínio, campo, categoria (....)” (Houaiss, 2001, p.1626). Sendo assim, cabe nomear as condições de produção e os processos de recepção, como condições e processos, respectivamente, porque mais bem permitem problematizar o social, o econômico e o histórico-cultural ali envolvidos.

Desse modo, o termo instância é usado no sentido de categoria, domínio, para identificar os elementos de escolha do profissional, pertinentes ao dispositivo comunicacional, para operar o discurso. Dando consequência a essa proposta, coloca-se em operação analítica o discurso jornalístico em suas instâncias de seleção, composição e circulação. As instâncias são operadas em acordo ao regime de publicação e ao cronotopo, todos pertinentes à operacionalização do dispositivo comunicacional (Figaro, Grohmann, 2017). A instância de seleção comporta tema (pauta) e fontes, a instância de composição comporta todos os atributos compositivos que conformam o discurso (fotos, legendas, links, estrutura), instância de circulação compõe-se dos elementos que permitem interatividade, transmídia, participação do leitor por meio de comentários.

Essas categorias de análise são apropriadas a partir do que Adelmo Genro Filho trata de singularidade do discurso jornalístico.

2.3. A singularidade do discurso jornalístico

Primeiro, deve-se salientar o esforço de Genro Filho por definir o gênero jornalismo como um tipo de conhecimento singular, capaz de se “manifestar em seu potencial desalienante e humanizador” (Genro Filho, 2012, p.58). Para ele, pressupõe compreender a “história como um processo de autoprodução ontológica do gênero humano” e a política “como a dinâmica dos conflitos em torno da qualificação da práxis social”, ou seja, luta de classes.

Ele também distingue o gênero jornalístico da arte e da ciência, afirmando que no jornalismo um fato “enquanto notícia obedece a critérios diferentes em relação aos

utilizados na hierarquização feita pelas ciências sociais ou naturais, de um lado, e pela arte de outro”. Nas ciências os fatos são “relevantes à medida que vão constituindo a universalidade”; quanto à arte, os “fenômenos que a compõem são significativos na exata proporção de sua ambiguidade” (irrepetível de singularidades) e “representação sensível da universalidade social” historicamente situados. (idem, p. 60)

O jornalismo tem desse modo uma dimensão objetiva da singularidade (que o diferencia da arte) e essa dimensão de singularidade o impede de “tornar-se uma forma de conhecimento científico”. (idem, p. 62)

Genro Filho salienta que a singularidade é aspecto aceito pelas teorias hegemônicas do jornalismo, porque entendida de modo simplista. Essa visão condena o profissional ao empirismo técnico que reitera o *status quo*: “(...) os jornalistas devem seguir sem saber o motivo, tornando-se presa fácil da ideologia burguesa e da fragmentação que ela proporciona.” (idem, p. 162) Assim, diz ele “a totalidade torna-se mera soma das partes; as relações sociais, uma relação arbitrária entre atitudes individuais, o mundo concebido como imutável e a sociedade burguesa como algo natural e eterno”. (idem)

Para fugir desse engodo, segundo Genro Filho, é preciso compreender aquilo que Hegel trouxe de novidade em suas análises, isto é, “a interpenetração dialética e a identidade contraditória entre singular, particular e universal”. (idem, 169) Desse modo, o jornalismo parte do singular do fato a ser notícia (corona vírus, a doença em um caso), para explicar o particular (doença que ataca os pulmões e é contagiosa e como se relaciona com outras doenças em determinadas sociedades, grupos). Muito embora a universalidade necessariamente não seja explicitada, ela está pressuposta pois leva a refletir sobre o futuro da humanidade e as escolhas de vida e de ciência que temos e fazemos.

Desse ponto de vista, o jornalismo é um conhecimento estruturado a partir do singular; a forma e a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação, trazida pelo particular e o universal que foram superados, “(...) mantidos como horizontes do conteúdo.” (idem, 172) Ou seja, o jornalismo é o discurso da singularidade, mediado pelo particular e que deve pressupor o universal.

3. Considerações finais

Assim, as questões marcadas por Genro Filho (2012) fazem vislumbrar a oportunidade de deslocar as instâncias proposta por Wolf (1992) do cenário dos critérios de noticiabilidade, para vê-las como organizadoras dos processos produtivos do

jornalismo. A questão é identificar em que medida o fato jornalístico se apresenta como *escolha a ser reportada como notícia*. O processo de reconhecimento do ‘fato jornalístico’ está submetido ao processo produtivo e aos condicionamentos sociais, econômicos e políticos dos arranjos do trabalho do jornalista. Cabe salientar, portanto, que uma *unidade de análise importante é a da instância de seleção do fato jornalístico*, para entendermos o tratamento compositivo que a ele será dado. A seleção do fato jornalístico também está relacionada à *forma de circulação da notícia*, onde, para quem e como vai circular. Dessa maneira, seleção, composição e circulação são instâncias que, deslocadas das teorias dos *newsmaking*, podem ser categorias analíticas bastante ricas para que se compreenda o processo produtivo do jornalismo nos arranjos de trabalho jornalístico.

Opta-se, dessa maneira, por fazer operar um ferramental teórico-metodológico que articula os conceitos de regime de publicação e de cronotopo às instâncias de seleção, composição e circulação do produto jornalístico, sem perder de vista um outro pressuposto importante para a análise, o conceito de dispositivo comunicacional (Maingueneau, 2001, Figaro e Grohmann, 2017). Destacar a importância do dispositivo comunicacional significa observar a materialidade concreta do *midium*, do discurso, do público e das formas de circulação moldadas pelas plataformas digitais.

Revisitar as matérias, lê-las e organizar a análise a partir das categorias teórico-metodológicas aqui discutidas, permite esclarecer os procedimentos envolvidos no trabalho jornalístico desses arranjos.

Referências:

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: Brait, Beth (org.) **Bakhtin e outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRIGHTON & FOY. News Values. SAGE, 19 de nov. de 2007.

BRO, Peter & WALLBERG, Filip. Digital Gatekeeping News media versus social media. Pages 446-454. Published online: 14 Apr 2014. <https://doi.org/10.1080/21670811.2014.895507>

CAPLE, Helen. News Values and Newsworthiness. Journalism Studies Online Publication Date: Jun 2018. DOI: 10.1093/acrefore/9780190228613.013.850

CARVALHO, L. C. ; LOUSADA, Vinícius Lima. A Revue Spirite (1858-1869) e as comunidades de leitores das obras de Allan Kardec. In: XV Encontro Sul Riograndense de Pesquisadores em História da Educação, 2009, Caxias do Sul - RS. **Anais do XV Encontro Sul Riograndense de**

Pesquisadores em História da Educação. Caxias do Sul - RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2009. v. 1. p. 1-12.

CHARTIER, Roger. A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2.ed. Brasília: UnB, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

CONFERENCE PAPER. Engenharia de Confiabilidade de Software: Um mapeamento sistemático da última década. November 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/273143917>

FERNANDES, Rafael de Souza Bento; SEIDE, Márcia Sipavicius. Tempos verbais em artigos de divulgação científica: algumas considerações. **Anais 14. Jornada Regional e 4. Jornada Nacional de Estudos Linguísticos e Literários**, 2011, Unioeste.

FÍGARO, Roseli; GROHMANN, Rafael. Dispositivos comunicacionais no mundo do trabalho: uma revisão teórica para operacionalizar o conceito. **Comunicação e Inovação**, v. 18, n. 38 2017. UMSC. https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/4669

FIGARO, Roseli. As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. São Paulo: CPCT/ECA-USP, 2018a. Disponível em: <http://twixar.me/LqC3>.

FIGARO, R. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas. Galáxia. Revista da Pós-graduação em Comunicação e Semiótica. N. 38, 2018b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/35905>

FIORIN, José Luiz. Enunciação e Comunicação. In: Figaro, R. Comunicação e Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2012, p. 45-98.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The Structure of Foreign News Author(s). *Journal of Peace Research*, Vol. 2, No. 1 pp. 64-91 Published by: Sage Publications, 1965. <http://www.jstor.org/stable/423011>

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

DICIONÁRIO HOUAISS da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KARLSSON, Michael & CLERWALL. Christer Negotiating Professional News Judgment and “Clicks” *Comparing Tabloid, Broadsheet and Public Service Traditions in Sweden Nordicom Review* 34 (2013) 2, pp. 65-76 10.2478/nor-2013-0054

LELO, Thales. Critérios de noticiabilidade e valores-notícia: uma revisão crítica. ECA-USP, CPCT, 2020. (estudo interno ao Centro de Pesquisa).

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação.** São Paulo: Cortez. 2001.

MARQUES, Ana Flávia. A redação virtual e as rotinas produtiva nos novos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. Dissertação de mestrado. PPGCOM-USP, 2019.

_____ ; CAMARGO, Camila Acosta; MOLIANI, João Augusto. A produção noticiosa dos novos arranjos de trabalho dos jornalistas: análise das ferramentas de coleta Netlytic e NVivo. Anais do 17º Encontro Nacional, nov., 2019 SBPJor. Disponível em:
<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/1918/1181>

MELO, Maria de Fátima A.Q.; MACHADO, Marília N.M.; SANTOS, Larissa M.M. dos. Editorial 12(3) A revista *Pesquisas e Práticas Psicossociais* completa seu 12º ano de vida com análises de práticas de cuidado e inclusão *Pesquisas. Pesquisas e Práticas Psicossociais* 12 (3), São João del Rei, setembro-dezembro de 2017.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA REGULAMENTA REGIME DE PUBLICAÇÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS DE CAPITAL FECHADO. Disponível em:
<https://gclaw.com.br/blog/ministerio-da-economia-regulamenta-regime-de-publicacao-das-sociedades-anonimas-de-capital-fechado/>

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Privilégio de invenção. Efeitos do despacho de arquivamento.

MP altera a Lei das S/A e permite a publicação de atos societários e demonstrações financeiras via internet por companhias abertas. <https://www.migalhas.com.br/depeso/309286/mp-altera-a-lei-das-s-a-e-permite-a-publicacao-de-atos-societarios-e-demonstracoes-financeiras-via-internet-por-companhias-abertas>

NONATO, Claudia; PACHI FILHO, Fernando F.; SILVA, Naiana Rodrigues da. O trabalho de jornalistas em arranjos econômicos independentes: uma interpretação a partir dos rastros digitais. Anais do 17º Encontro Nacional, nov., 2019 SBPJor. Disponível em:
<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/2075/1150>

SCHAUDT, S., CARPENTER, S. The News That's Fit to Click: An Analysis of Online News Values and Preferences Present in the Most-viewed Stories on azcentral. Southwestern Mass Communication. 2009.

SILVA, Cristiani Bereta da. Era uma vez... uma editora, um livro: admissão ao ginásio, editora do Brasil (décadas de 1940-1960). **Revista Brasileira de História da Educação**. V. 18, 2018. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e032> e-issn: 2238-0094

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. Estudos em Jornalismo e Mídia Vol.II Nº 1 - 1º Semestre de 2005.

TRILLING, Damian; TOLOCHKO, Petro; BURSCHE, Björn. From Newsworthiness to Shareworthiness: How to Predict News Sharing Based on Article Characteristics. *Journalism & Mass Communication Quarterly*. 2017, Vol. 94(1) 38–60.DOI: 10.1177/1077699016654682

TUCHMAN, Gay. Making News by Doing Work: Routinizing the Unespected. **American Journal of Sociology**, n. 79, p. 110-131, jul. 1974.

VALMORE, Fabiane; SOUZA, Nelson Rosário de. Movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil em sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1), 2005-2014. **BIB, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, n. 82, 2º semestre de 2016 (publicada em setembro de 2017), pp. 105-126.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5. ed. Lisboa: Presença, 2012.